

11 NOV 1999

JORNAL DE BRASÍLIA

Congresso começa a votar

hoje MPs do ajuste fiscal

Economia - Brasil

Líderes preferem colocar em votação medidas menos polêmicas

Promulgação da reforma está prevista para 15 de dezembro

O Congresso Nacional começa a votar hoje as medidas provisórias do ajuste fiscal. Está na pauta da sessão conjunta da Câmara e do Senado de hoje à tarde quatro Medidas Provisórias que regulamentam dispositivos da reforma da Previdência. Na reunião de ontem no Ministério da Previdência, os líderes aliados da Câmara e do Senado decidiram marcar para hoje e para as duas próximas quartas-feiras sessões do Congresso para concluir as votações de 12 MPs. A promulgação da emenda da Previdência está prevista para até dia 15 de dezembro.

A escolha da Medidas Provisórias foi feita pelos líderes obedecendo critérios de facilidade. "Vamos começar pelas mais simples, menos polêmicas e que não têm emendas. Temos que votar as 12, mas vamos iniciar por aquelas que já tramitaram nas

comissões", explicou o líder do Governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Os líderes preferem não correr o risco de deixar de aprovar alguma medida que seja indiretamente relacionada com a Previdência e não poder reeditá-la depois que a emenda for promulgada.

De acordo com o líder, a preocupação dos governistas é facilitar a tramitação. Os acordos para a aprovação, segundo ele, são mais fáceis do que as propostas de emendas constitucionais em função do quórum. O regimento interno do Congresso estabelece que Medidas Provisórias podem ser aprovadas por metade mais um dos presentes. A exigência é apenas quanto ao número de presente. Para que uma MP seja colocada em votação são necessárias as presenças de 42 senadores e 257 deputados.

Fluxo

"O Governo conseguiu votar os destaques da Previdência. A votação das MPs, em tese, é um esforço mais simples", avaliou o líder. Para derrubar os destaques da oposição, os governistas tiveram de garantir um mínimo de 308 votos. Outro ponto favorável, segundo ele, é a escolha da quarta-feira para realizar as sessões, já que é o dia de maior presença de parlamentares no Congresso. "O presidente (do Congresso) Antônio Carlos Magalhães vai pedir para que não tenha sessão da Câmara e do Senado neste dia", explicou.

Os ministros Waldeck Ornelas (Previdência), Eliseu Padilha (Transportes) e o secretário executivo do ministério da Fazenda, Pedro Parente, também participaram da reunião. A intenção do Governo é a de que o Congresso vote o mais rápido possível as medidas do ajuste. Ornelas, no entanto, garantiu que os parlamentares é que definirão o cronograma viável. "No Congresso mandam os líderes, a escolha é deles. Vamos discutir com os presidentes da Câmara e do Senado para que haja fluxo nas votações", disse o ministro.

Bancos

Duas das medidas já tramitavam no Congresso e outras duas fazem parte do ajuste fiscal. As medidas propõem o aumento da base para a cobrança do PIS das instituições financeiras. Os bancos pagavam PIS somente sobre produtos e serviços, agora terão de pagar também sobre receita financeira. A segunda MP cria critérios especiais para a alienação de imóveis de propriedade do INSS.

Com as outras MPs, o Tesouro Nacional passa a fazer uso dos recursos depositados em juízo até que a sentença seja proferida e o advogado-geral da União passa a ter poderes de apurar irregularidades no serviço público, desde que seja através de ofício ou mediante solicitação das autarquias e fundações.

GERUSA MARQUES
Repórter do Jornal de Brasília